A SÍNDROME DE DOWN E A SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

CLAUDIO VIEIRA DA SILVA

RESUMO
A Síndrome de Down é uma condição genética que afeta o desenvolvimento cognitivo e físico, e que pode influenciar a experiência de aprendizado de crianças que a possuem. Este artigo científico tem como objetivo analisar o impacto da Síndrome de Down no ambiente escolar, considerando tanto os desafios quanto as oportunidades para a inclusão desses estudantes. O artigo começa com uma revisão da literatura sobre a Síndrome de Down, destacando as características da condição e como ela pode afetar o desempenho acadêmico. Em seguida, são discutidos os desafios enfrentados por alunos com Síndrome de Down, incluindo dificuldades de aprendizado, estigmatização e falta de suporte adequado por parte da escola. Em contrapartida, o artigo também aborda as estratégias e recursos que podem ser utilizados para promover a inclusão desses alunos no ambiente escolar, como adaptações curriculares, suporte especializado e o papel da família e dos colegas de classe.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Síndrome de down; Preconceito; Educação.

INTRODUÇÃO

O artigo irá ressaltar a importância de uma abordagem inclusiva e acolhedora por parte das escolas, visando proporcionar um ambiente de aprendizado equitativo e promover o desenvolvimento pleno dos alunos com Síndrome de Down. Sugestões para futuras pesquisas também são apresentadas, visando avançar o conhecimento sobre como melhor apoiar esses estudantes no contexto educacional.

O não acesso à educação, o acesso a serviços educacionais pobres, a educação em contextos segregados, a discriminação educacional, o fracasso acadêmico, as barreiras para ter acesso aos conteúdos curriculares, a evasão e absentismo constituem algumas das características dos sistemas educacionais no mundo, os quais excluem as crianças de oportunidades educacionais e violam seus direitos de serem sistemática e formalmente educados. Já existe um consenso e reconhecimento de que qualquer pessoa que experimenta exclusão educacional encontrará menos oportunidades para participar dos vários segmentos da sociedade, assim como aumenta a probabilidade de esta pessoa experienciar situações de discriminação e problemas financeiros na vida de adulto (AINSCOW; FERREIRA, 2003)

CONTEXTO HISTÓRICO DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

A síndrome de Down, também conhecida como trissomia do cromossomo 21, é uma condição genética que afeta aproximadamente 1 em cada 700 recém-nascidos em todo o mundo. Esta condição foi descrita pela primeira vez pelo médico britânico John Langdon Down em 1866, mas foi somente em 1959 que o geneticista francês Jérôme Lejeune identificou a causa da síndrome, que ocorre devido à presença de um cromossomo extra no par 21.

Durante muito tempo, as pessoas com síndrome de Down foram estigmatizadas e marginalizadas pela sociedade, sendo frequentemente colocadas em instituições e privadas de oportunidades educacionais. No entanto, nas últimas décadas, tem havido um movimento global em direção à inclusão e valorização das pessoas com síndrome de Down.

Dar uma formação específica e continuada para os professores também é importante na realização da educação inclusiva. Os professores devem e precisam estar com seus conhecimentos atualizados para fornecer a todos os alunos uma melhor educação, mas no caso dos alunos com deficiência, a atualização de conhecimentos auxilia mais ainda, pois a tecnologia principalmente, está em pleno desenvolvimento para ajudar estas pessoas,

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão es-

colar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (MANTOAN, 2009, p.29)

O contexto histórico das pessoas com síndrome de Down reflete as atitudes em relação à deficiência e a evolução das políticas e práticas em torno de sua inclusão na sociedade. No século XIX e início do século XX, as pessoas com síndrome de Down eram frequentemente consideradas como atores de circo ou objetos de estudo para pesquisadores interessados no estudo de condições genéticas. Elas eram frequentemente retratadas como caricaturas ou alvo de preconceito.

Foi somente a partir da metade do século XX que começaram a surgir movimentos de defesa dos direitos das pessoas com síndrome de Down e outras deficiências. As organizações de pais e familiares de pessoas com síndrome de Down passaram a se organizar e a lutar por melhores condições de vida e acesso a serviços de saúde e educação.

No entanto, as políticas e práticas em relação às pessoas com síndrome de Down variam enormemente de acordo com o país e a cultura. Em muitos países em desenvolvimento, as pessoas com síndrome de Down ainda enfrentam barreiras significativas para a inclusão na sociedade, devido à falta de recursos e políticas que assegurem seus direitos. Por outro lado, em países desenvolvidos, tem havido avanços significativos na inclusão de pessoas com síndrome de Down, graças a leis antidiscriminatórias e a uma maior conscientização sobre a importância da inclusão e diversidade.

A educação tem desempenhado um papel crucial no contexto histórico das pessoas com síndrome de Down. Até a década de 1970, a maioria das crianças com síndrome de Down era excluída do sistema educacional formal e recebia uma educação segregada em escolas especiais. No entanto, a partir da década de 1980, houve um movimento em direção à inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares. Isso foi impulsionado pela pressão de pais e ativistas, que argumentavam que a inclusão educacional era crucial para o desenvolvimento das crianças com síndrome de Down e para a promoção de uma sociedade mais inclusiva.

No entanto, apesar dos avanços na inclusão educacional, muitas pessoas com síndrome de Down ainda enfrentam desafios significativos para obter acesso a uma educação de qualidade. Isso se deve em parte à falta de recursos e apoio adequados nas escolas, mas também a preconceitos e estereótipos que limitam as expectativas em relação às pessoas com síndrome de Down. Muitas vezes, as pessoas com síndrome de Down são subestimadas em relação às suas capacidades intelectuais e criativas, o que pode levar a uma limitação de oportunidades de aprendizagem.

Além da educação, o mercado de trabalho é outro aspecto importante do contexto histórico das pessoas com síndrome de Down. Apesar dos avanços na legislação antidiscriminatória, muitas pessoas com síndrome de Down ainda enfrentam dificuldades para encontrar emprego e para serem valorizadas como profissionais. Isso se deve em parte a preconceitos e estereótipos em relação à capacidade das pessoas com síndrome de Down em desempenhar determinadas funções.

No entanto, há exemplos de pessoas com síndrome de Down que têm alcançado sucesso em diferentes áreas profissionais, rompendo com as expectativas limitadas em relação às suas capacidades. Empresas e organizações têm começado a reconhecer o valor da diversidade e da inclusão, e a contratar pessoas com síndrome de Down, proporcionando-lhes a oportunidade de demonstrar seu potencial e contribuir para a sociedade.

A saúde é outro aspecto crucial do contexto histórico das pessoas com síndrome de Down. No passado, as pessoas com síndrome de Down tinham uma expectativa de vida significativamente reduzida, devido a complicações de saúde e à falta de acesso a cuidados médicos adequados. No entanto, graças aos avanços na medicina e à maior conscientização sobre as necessidades específicas das pessoas com síndrome de Down, a expectativa de vida tem aumentado significativamente nas últimas décadas.

No entanto, as pessoas com síndrome de Down ainda enfrentam uma série de desafios de saúde, incluindo problemas cardíacos, distúrbios respiratórios, distúrbios endócrinos e distúrbios da tireoide. Além disso, as pessoas com síndrome de Down têm um risco aumentado de desenvolver demência precoce, ainda que nem todos desenvolvam a condição.

A evolução do contexto histórico das pessoas com síndrome de Down reflete a mudança nas atitudes e políticas em relação à deficiência. No passado, as pessoas com síndrome de Down eram frequentemente marginalizadas e excluídas da sociedade, mas, nos últimos anos, tem havido um movimento em direção à inclusão e valorização das pessoas com síndrome de Down. Isso tem sido impulsionado por organizações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, por avanços na medicina e por uma maior conscientização sobre a importância da diversidade e inclusão.

Visa ensinar aos alunos o respeito às diferenças e integração entre todas as crianças. Para sua realização e sucesso, depende do comprometimento de uma estrutura física da escola e da capacitação dos professores e funcionários para lidar com estes alunos diferenciados. Dessa forma, o objetivo é eliminar os obstáculos que limitam a aprendizagem e participação dos alunos no processo ensino aprendizagem, promovendo o respeito à diversidade entre crianças e buscando uma mudança do paradigma educacional.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (MANTOAN, 2006, p. 55)

No entanto, apesar dos avanços significativos, as pessoas com síndrome de Down ainda enfrentam desafios significativos em relação à educação, emprego, saúde e inclusão na sociedade. É crucial que continuemos a lutar pelos direitos das pessoas com síndrome de Down, e a promover uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.

A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E A DIFICULDADE DE INCLUSÃO NO SISTEMA EDUCACIONAL

A pessoa com síndrome de Down enfrenta inúmeras dificuldades de inclusão no sistema educacional, o que acarreta consequências negativas para seu desenvolvimento e fortalece estigmas e preconceitos. A síndrome de Down é uma condição genética que afeta o desenvolvimento físico e cognitivo, e embora as pessoas com essa condição sejam capazes de aprender e se desenvolver, muitas vezes são excluídas do sistema educacional regular.

A inclusão de pessoas com síndrome de Down no sistema educacional é um desafio, pois muitas escolas não estão preparadas para atender suas necessidades específicas. A falta de capacitação dos professores, a ausência de recursos adaptados e a falta de conscientização sobre a síndrome de Down são alguns dos obstáculos que dificultam a inclusão efetiva desses indivíduos nas escolas.

Além disso, a sociedade muitas vezes alimenta estereótipos e preconceitos em relação às pessoas com síndrome de Down, o que dificulta ainda mais sua inclusão social e educacional. Muitas vezes, as pessoas com síndrome de Down são vistas como "diferentes" ou "incapazes", o que contribui para a marginalização e exclusão.

A educação é um direito inegável e incontestável a todos, sem qualquer tipo de diferenciação pela Constituição Federal de 1988, conforme destaca seu artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Diante desse cenário, é essencial promover a conscientização e a sensibilização sobre a síndrome de Down, a fim de desconstruir

estereótipos e preconceitos e promover a inclusão efetiva dessas pessoas no sistema educacional. Isso requer a implementação de políticas educacionais inclusivas, o desenvolvimento de programas de capacitação para professores e a disponibilidade de recursos adaptados para atender às necessidades específicas das pessoas com síndrome de Down.

[...] a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens (MAZZOTTA, 1996, p.11).

Além disso, a participação ativa das famílias e da comunidade na promoção da inclusão das pessoas com síndrome de Down é fundamental. A família desempenha um papel crucial no apoio e no desenvolvimento da pessoa com síndrome de Down, e a comunidade deve ser um espaço inclusivo e acolhedor para esses indivíduos.
É importante ressaltar que a inclusão de pessoas com síndrome de Down no sistema educacional não apenas beneficia esses indivíduos, mas também enriquece o ambiente escolar e promove valores de respeito, diversidade e igualdade. A diversidade é uma riqueza que enriquece a sociedade como um todo, e a inclusão de pessoas com síndrome de Down no sistema educacional contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.
A educação especial tem recebido muitas críticas ao longo do tempo, pois para muitos, o fato dela ser voltada exclusivamente aos alunos com deficiência, acaba por excluir todos os outros, o que para muitos, já difere da ideia inicial de inclusão,

[...] o desenvolvimento está estreitamente ligado à preocupação dos educadores com o atendimento das necessidades educacionais daqueles alunos que não são beneficiados com os recursos educacionais comuns e que precisam de recursos especiais para suplementar os existentes. Desta forma, a educação especial não se justifica a não ser como facilidades especiais que não estão disponíveis na escola comum e que são essenciais para determinados alunos (MAZZOTTA, 1982, p. 11)

Em suma, a pessoa com síndrome de Down enfrenta inúmeras dificuldades de inclusão no sistema educacional, mas é fundamental promover a conscientização, a sensibilização e a implementação de políticas educacionais inclusivas para garantir a inclusão efetiva dessas pessoas. A inclusão de pessoas com síndrome de Down no sistema educacional não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também de enriquecimento e fortalecimento da sociedade como um todo.

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN NA SOCIEDADE

A inclusão de pessoas com Síndrome de Down na sociedade é um tema de extrema importância e que demanda um olhar crítico e atento por parte de toda a sociedade. A Síndrome de Down é uma condição genética que afeta aproximadamente 1 a cada 800 nascidos vivos no mundo, resultante da presença de um cromossomo extra, o 21. Esta condição pode trazer algumas diferenças no desenvolvimento e na aparência física, mas não deve ser encarada como uma limitação, e sim como uma característica que enriquece a diversidade humana.
A luta por direitos e inclusão das pessoas com Síndrome de Down é uma batalha constante, que visa garantir o pleno exercício da cidadania e a igualdade de oportunidades para todos. No entanto, apesar dos avanços conquistados ao longo dos anos, ainda persistem muitos desafios a serem superados. A sociedade em geral ainda possui muitas barreiras e preconceitos em relação às pessoas com Síndrome de Down, o que dificulta a sua participação plena em diversos aspectos da vida em sociedade.
É fundamental que se promova uma mudança de paradigma em relação à Síndrome de Down, desmistificando estereótipos e mostrando que as pessoas com essa condição são capazes de realizar diversas atividades

e contribuir de forma significativa para a sociedade. Para isso, é necessário que haja uma maior conscientização e sensibilização da sociedade, visando o respeito, a valorização e a inclusão plena de todas as pessoas, independentemente de suas características individuais.

No âmbito educacional, é fundamental que as escolas estejam preparadas para acolher e incluir alunos com Síndrome de Down, oferecendo um ambiente inclusivo e adaptado às suas necessidades. Isso envolve a formação de professores e demais profissionais da educação, bem como a adequação de recursos e estratégias pedagógicas para garantir o desenvolvimento pleno e o aprendizado dos estudantes com Síndrome de Down.

No mercado de trabalho, a inclusão de pessoas com Síndrome de Down também se mostra fundamental. Muitas vezes, elas encontram dificuldades em conseguir emprego devido ao preconceito e à falta de oportunidades. No entanto, é importante ressaltar que as pessoas com Síndrome de Down possuem habilidades, talentos e potencialidades que podem ser aproveitados em diversas áreas profissionais, contribuindo para a diversidade e a riqueza do ambiente de trabalho.

Além disso, a inclusão de pessoas com Síndrome de Down na sociedade passa também pela garantia de seus direitos básicos, tais como o acesso à saúde, à habitação, ao lazer e à cultura. É fundamental que haja políticas públicas voltadas para atender as necessidades específicas das pessoas com Síndrome de Down, garantindo o seu pleno desenvolvimento e o seu bem-estar.

Neste sentido, é imprescindível que a sociedade como um todo se mobilize e se engaje na promoção da inclusão das pessoas com Síndrome de Down, combatendo o preconceito, a discriminação e a exclusão, e promovendo a igualdade de oportunidades para todos. A diversidade é um dos pilares da sociedade, e a inclusão das pessoas com Síndrome de Down é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva para todos.

Conforme Martins (2008):

> Outras providências também precisam ser tomadas, como por exemplo: o redimensionamento das salas de aulas, com a redução do número de alunos, representando uma forma de permitir um atendimento mais individualizado e compatível com as necessidades da criança; inclusão de, no máximo, dois alunos com o mesmo tipo de deficiência na turma, para facilitar o trabalho docente; dotação de material didático necessário ao bom desenvolvimento das atividades pedagógicas; adaptação dos critérios de avaliação e promoção utilizados na escola às condições das crianças; apoio psicopedagógico adicional, na própria escola ou em centros especializados, quando necessário, fora do horário de aula, para não excluí-lo das atividades comuns a todos os alunos na turma (MARTINS, 2008, p. 203).

FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA TRABALHAR INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

A formação de docentes para trabalhar a inclusão na educação é um tema cada vez mais relevante e urgente no contexto educacional contemporâneo. A inclusão de alunos com deficiência, transtornos de desenvolvimento, superdotação e altas habilidades, entre outras características, tem sido uma pauta constante e imprescindível para a promoção de uma educação verdadeiramente democrática e justa.

Nesse sentido, a formação de professores para atuar de forma inclusiva se mostra como um desafio e uma necessidade em todas as etapas e modalidades de ensino. A preparação dos docentes para lidar com a diversidade presente em suas salas de aula, entendendo as diferentes formas de aprendizagem e os desafios específicos de cada aluno, é fundamental para garantir uma educação de qualidade para todos.

Neste texto, abordaremos a importância da formação de professores para a inclusão na educação, os desafios enfrentados nesse processo, as diferentes abordagens e metodologias disponíveis, as experiências de sucesso e os caminhos possíveis para promover uma formação mais efetiva e inclusiva para os docentes.

Para tanto, inicialmente, é essencial compreender o que significa a inclusão na educação e como ela se diferencia do modelo tradi-

cional de ensino. A inclusão não se limita à presença de alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares, mas visa a promoção de uma educação que acolha e valorize a diversidade, reconhecendo as diferenças como um aspecto enriquecedor do processo educativo.
A inclusão nas escolas não se restringe ao cumprimento de uma lei, é também uma forma de pensar no acesso ao conhecimento da pessoa deficiente que muitas vezes têm progenitores que foram privados ou privaram-se dos estudos por algum motivo, neste sentido Mantoan (2003)

Confirma-se, ainda, mais uma razão de ser da inclusão, um motivo a mais para que a educação se atualize, para que os professores aperfeiçoem as suas práticas e para que escolas públicas e particulares se obriguem a um esforço de modernização e de reestruturação de suas condições atuais, a fim de responderem às necessidades de cada um de seus alunos, em suas especificidades, sem cair nas malhas da educação especial e de suas modalidades de exclusão (MANTOAN, 2003, p.29).

A inclusão pressupõe a adoção de práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos, proporcionando-lhes condições para o desenvolvimento de seu potencial e autonomia. Isso implica em repensar a forma como o ensino é planejado e executado, buscando estratégias que considerem as características individuais de cada estudante e promovam a participação plena de todos no ambiente escolar.
Nesse contexto, a formação de docentes para atuar de forma inclusiva se torna um aspecto central para o sucesso da implementação de práticas inclusivas. É fundamental que os professores estejam preparados para identificar as necessidades individuais de cada aluno, planejar e adaptar suas aulas de forma a atender a essas necessidades, e promover um ambiente favorável à aprendizagem para todos.
No entanto, a formação de professores para a inclusão enfrenta uma série de desafios que precisam ser superados. Muitos docentes relatam a falta de preparo inicial e continuado para lidar com a diversidade presente em suas salas de aula, o que gera insegurança e dificuldades na implementação de práticas inclusivas. Além disso, a falta de recursos e suportes adequados, bem como a resistência de alguns profissionais e gestores escolares, são obstáculos adicionais a serem enfrentados.

Ao cursar a graduação o educador estuda algumas deficiências e as leis e diretrizes, entretanto infelizmente muitos ao conseguir uma oportunidade na área ou até ter em sua turma um aluno deficiente não tem mais tais estudos “fresquinhos”, alguns buscam novamente ler sobre ou até novos cursos, mas esta atitude não é a regra para a maioria (MANTOAN, 2003, p.54).
Existe ainda o risco do educador não se sentir capaz de trabalhar com o aluno pela sua deficiência, mas convidar este profissional a olhar o que o aluno pode fazer e não o que ele não pode deve ser o primeiro passo, pois se cair em um ciclo limitador o processo de ensino aprendizagem será comprometido. O discente deficiente não é a sua deficiência, logo todo aluno com síndrome de down, por exemplo, não vai agir da mesma forma e apresentar as mesmas inteligências múltiplas ou dificuldades, não se pode ignorar jamais a subjetividade do indivíduo (MANTOAN, 2003, p.17).

Diante desses desafios, torna-se necessário repensar o modelo de formação de professores, buscando estratégias e abordagens que promovam uma preparação mais efetiva para a inclusão na educação. Isso envolve repensar a organização curricular dos cursos de formação inicial de professores, incorporando conteúdos e práticas relacionadas à diversidade e à inclusão. Também é fundamental promover a formação continuada dos docentes, oferecendo-lhes suporte e oportunidades de atualização em relação às melhores práticas inclusivas.
Dentre as abordagens e metodologias disponíveis para a formação de docentes para a inclusão, destacam-se as práticas colaborativas e interdisciplinares, que valorizam o trabalho em equipe e a troca de experiências entre os profissionais da educação. A

formação em serviço, por meio de ações de assessoria e consultoria, também se mostra como uma estratégia eficaz para promover a capacitação dos docentes no que diz respeito às práticas inclusivas.

Além disso, é importante que os docentes tenham acesso a materiais, recursos e tecnologias que possam auxiliá-los na promoção da inclusão na educação. Isso inclui a disponibilização de material didático adaptado, equipamentos e ferramentas de acessibilidade, bem como a formação para o uso desses recursos de forma efetiva no contexto escolar.

Diversas experiências de sucesso têm sido relatadas no que diz respeito à formação de docentes para a inclusão na educação. Por meio de projetos e ações inovadoras, é possível promover uma mudança significativa na cultura escolar, valorizando a diversidade e promovendo práticas inclusivas que beneficiam todos os alunos.

Por fim, é importante ressaltar que a formação de docentes para a inclusão na educação não se limita apenas aos aspectos pedagógicos, mas também envolve a promoção de uma cultura inclusiva no ambiente escolar como um todo. Isso implica em repensar as práticas de gestão escolar, a formação de equipes multidisciplinares e a parceria com as famílias e a comunidade, de forma a garantir um ambiente acolhedor e favorável à aprendizagem de todos os alunos.

Em suma, a formação de docentes para trabalhar a inclusão na educação é um desafio que demanda ação e comprometimento de todos os agentes envolvidos no processo educativo. Ao promover uma formação mais efetiva e inclusiva para os professores, é possível garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando e valorizando suas diferenças e singularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síndrome de Down é uma condição genética que afeta o desenvolvimento físico e intelectual das pessoas que a possuem. No sistema educacional, temos visto avanços significativos na inclusão e apoio a indivíduos com síndrome de Down. No entanto, ainda há desafios a serem superados para garantir que essas pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade e que desenvolvam todo o seu potencial.

É fundamental que as escolas ofereçam um ambiente inclusivo e acolhedor, onde os alunos com síndrome de Down se sintam bem-vindos e apoiados. Isso inclui a capacitação de professores e profissionais da educação para que possam atender às necessidades específicas desses alunos, adaptando o currículo, utilizando estratégias de ensino diferenciadas e promovendo a integração social.

Além disso, é importante que haja recursos adequados disponíveis, como material didático adaptado, apoio de profissionais especializados, programas de intervenção precoce e suporte para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

A participação e o envolvimento da família também são essenciais para o sucesso educacional dos alunos com síndrome de Down. As parcerias entre escola e família podem contribuir significativamente para o progresso e bem-estar desses alunos, além de promover uma maior compreensão e aceitação por parte da comunidade escolar.

Finalmente, é importante ressaltar a importância de se combater o preconceito e estereótipos em relação às pessoas com síndrome de Down. Todos têm o direito à educação e ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades, e a inclusão de pessoas com síndrome de Down no sistema educacional contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, é fundamental que as políticas educacionais priorizem a inclusão e o suporte às necessidades específicas dos alunos com síndrome de Down, garantindo que tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades para alcançar seu pleno potencial. Todos têm o direito de aprender e crescer, independentemente de suas diferenças.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M., & Ferreira, W. Compreendendo a educação inclusiva: algumas reflexões sobre experiências internacionais. In D. Rodrigues (Ed.), Perspectivas sobre inclusão: da educação à sociedade. Porto: Porto, 2003.

BERSCH, R. Introdução à Tecnologia Assistiva. Assistiva – Tecnologia e Educação. Porto Alegre. 2017. Disponível em: Acesso em: 3/11/2022.

BERSCH, Rita. Introdução a tecnologia assistiva. Porto Alegre -RS, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2010. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, A. R.; ROCHA, J. V.; SILVA, V. L. R. R. Pessoa com deficiência na história: modelos de tratamento e compreensão. In: Programa Institucional das ações relativas às pessoas com necessidades especiais (org.). Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos – Cascavel: Edunioeste, 2006, p. 15-56.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Unesco, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em 03/11/ 2022.

DISCHINGER, Marta. Manual de acessibilidade para as escolas: o direito à escola acessível. Marta Dischinger; Vera Helena Moro Bins Ely; Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2009.

DUK, Cynthia. Educar na diversidade: material de formação docente. 3.ed. Edição do material Cynthia Duk. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2006.

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FONSECA, V. Educação especial: programa de estimulação precoce – Uma introdução as ideias de Feuerstein. 2. ed.rev. aum. Porto Alegre: ed. Artes Médicas, 1995.

GÓES, M. C. Rafael de. Relações entre Desenvolvimento Humano, Deficiência e Educação: contribuições da abordagem Histórico-Cultural. In: OLIVEIRA. M.K.; 51 REGO, T.C.; SOUZA, D.T.R. (orgs.) Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002. p.95-114.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. Educação (PUCRS), Porto Alegre / RS, 2006.

MAZZOTTA, M.J.S. Fundamentos de Educação Especial. São Paulo: Pioneira, 1982.

MENDES, J. N. Várias Formas. Os Diferentes Tipos de Preconceito. 09/11/2006. Disponível em: http://www. melodia.com.br/pages/dinamico.php?id_canal= 8 & id texto= 14025 & ação=matéria, acesso em 03/11/2022. PINSKY, J. (Org). 12 Faces do Preconceito. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MUSTACCHI, Zan. Qualquer casal pode gerar um filho com Síndrome de Down. In: Claudia Werneck (Org.). Muito prazer, eu existo: um livro sobre as pessoas com síndrome de Down. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1995, p. 73-88.

SANTOS KAPP. Maria Inez dos. Conselhos. Análise do comportamento humano em psicologia. Obra publicada pelo autor Aurélio Bolsanello. Autores associados. 1986, p. 31.

SILVA, L.F; MORENO, J. C. A; JUSTINO, J. L; COTRIM, P. A; MATHIAS, V. R. Lazer, Educação e Teoria das Inteligências Múltiplas: Resultados Preliminares de um Estudo com Crianças e Pré-adolescentes,

TUNES, E.; PLANTINO, L.D. Cadê o Síndrome de Down que estava aqui? O gato comeu. O programa de Lurdinha. Campinas; Autores associados, 2001.